



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

**01, 02 e 03 de novembro de
2014**

Enfoque Popular Geral

“Evento lembra os dez anos do Furacão Catarina”

Furacão Catarina / Prefeitura Municipal de Araranguá / III Edição do Encontro sobre Fenômenos, Adversidades e Mudanças Climáticas da Região Sul - EFAMUC / Enchentes / Tornados / Criciúma / Tubarão / Instituto Federal Catarinense – IFC / Prevenção / Mitigação / Sócios da Natureza / Tadeu Santos / UFSC / Projeto TSGA 2

Evento lembra os dez anos do Furacão Catarina



Foto: Divulgação

De 06 a 07 deste mês, Araranguá sedia a III Edição do Encontro Sobre Fenômenos, Adversidades e Mudanças Climáticas da Região Sul. O evento é memorativo aos dez anos da passagem do Furacão Catarina.

Araranguá

Araranguá foi o epicentro do Furacão Catarina ocorrido entre os dias 27 e 28 de março de 2004. Palco de enchentes e tornados, despertou a atenção dos estudiosos que desde 2005 realizam no município o EFAMUC, evento que abrange as regiões de Araranguá, Criciúma e Tubarão. O objetivo é reunir autoridades, entidades, ONGs, professores, alunos e a comunidade em geral. As palestras de cunho científico não tiram o caráter popular do evento. As inscrições são gratuitas pelo link: <http://goo.gl/forms/fDPTE0pM9U> e os participantes receberão certificado emitido pelo Instituto Federal

Catarinense - IFC.

Os dois dias de programação contarão com palestrantes de várias instituições do país, testemunhos de afetados pelos eventos climáticos, mesas-redondas, minicursos para preparar a população, em especial capacitar atores-chaves para saber como atuar na prevenção e mitigação de riscos climáticos; exibição de vídeos-documentário sobre adversidades climáticas e exposição fotográfica "Um Olhar Ambiental sobre a Região Sul de Santa Catarina".

O coordenador da ONG Sócios da Natureza, Tadeu Santos, reforça um dos principais objetivos que é dar voz às comunidades afetadas por eventos climáticos extremos para que suas demandas sejam reconhecidas em nível local, nacional e internacional, além de disseminar informações e esclarecimentos sobre riscos que a população está exposta. Na conclusão do encontro, haverá a elaboração e

aprovação da Carta III Efamuc. "O documento oficial é a forma de aumentar a pressão para que as políticas nacionais e internacionais respondam com urgência e efetividade ao problema das mudanças climáticas em nossa região", enfatizou.

O encontro ocorre nas dependências do Grêmio Fronteira e, de acordo com os organizadores, tem a expectativa de receber um grande número de pessoas. A organização está à cargo da sociedade civil representada pela ONG Sócios da Natureza, em parceria das instituições de ensino UFSC/Araranguá, IPSC/Araranguá, IFC/Santa Rosa do Sul e os órgãos governamentais Prefeitura Municipal de Araranguá, Órgãos da Proteção e Defesa Civil Municipal e Regional de Araranguá, 22ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá, Papesc e o Projeto TSGA 2 executado pela UFSC, Epagri e Embrapa sob patrocínio da Petrobrás.

Diário Catarinense

Moacir Pereira

"Posse"

Posse / Wilson Erbs / Sindicato dos Professores da UFSC – Apufsc Sindical / Rogério Portanova

POSSE

Professor Wilson Erbs assumiu a presidência do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc Sindical). A nova diretoria foi eleita em pleito recente, derrotando chapa liderada pelo professor Rogério Portanova.

Notícias do Dia

Carlos Damião

"Trindade"

Trindade / Rótula da UFSC / Reivindicações comunitárias / Rua Lauro Linhares / Iluminação pública / Penitenciária

Trindade

Moradores e comerciantes da Trindade promovem hoje uma grande mobilização, a partir das 17h, na rótula da UFSC, para lembrar ao poder público uma lista de reivindicações comunitárias: desde a requalificação urbana da praça Santos Dumont, às melhorias na iluminação pública, revitalização da rua Lauro Linhares, término da rede de esgotos, até a retirada da penitenciária. Algumas dessas questões são debatidas há 20 anos ou mais.

Petróleo / Mercado / Royalties / Karoon Óleo e Gás / Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC / Plataforma / São Paulo / Niterói / Itajaí / Município catarinense / Litoral catarinense / Petrobras / IBGE / Supremo Tribunal Federal – STF / Procuradoria –GERAL DE SC / Eclésio da Silva / Carlos Teixeira / Comissão de Óleo e Gás da Fiesc / Entrevista / Instituto do Petróleo, Gás e Energia (Inpetro) / Sapiens Parque / Armando Albertazzi

ECONOMIA | EXPANSÃO DE NEGÓCIOS



Um pingo de ESPERANÇA

Indústria e academia apostam no crescimento do mercado de petróleo no Estado, que aguarda resultados positivos da audiência do STF sobre os royalties, em janeiro

LUIS ANTONIO HANGAI

A chegada de uma sonda de exploração de petróleo em águas catarinenses – empreendimento da empresa australiana Karoon Óleo e Gás – reacendeu o debate sobre a distribuição dos royalties. Enquanto indústrias e até a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) alimentam expectativas de investimentos em infraestrutura e pesquisa para inserir o Estado na cadeia produtiva petrolífera, os direitos pela exploração ainda estão longe dos catarinenses.

A plataforma da Karoon está situada a 260 quilômetros de Navegantes – a base terrestre mais próxima –, mas se encontra dentro das águas territoriais de São Paulo, Estado que

deverá receber os royalties de uma eventual produção para valer. Ainda assim, caso confirmada a viabilidade comercial do poço, especula-se que a base de apoio da companhia australiana possa ser transferida de Niterói (RJ) para Itajaí. Seria o segundo caso de uso de infraestrutura de um município catarinense com direcionamento de recompensas a outro Estado. Isso porque no litoral catarinense já opera uma plataforma da Petrobras, com produção de 66 mil barris por dia, nos campos de Baúna e Piracaba. Apesar de toda a atividade operacional da estatal estar concentrada no município de Itajaí, São Paulo já recebe quase todo o volume de royalties proveniente do petróleo ali produzido.

Com a nova divisão pleiteada na Justiça, os benefícios seriam dos catarinenses. A divisão dos limites entre SC, PR e SP foi feita pelo IBGE em 1988 e é contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria-geral de SC, para quem o traçado atual desrespeita a lei.

Lideranças empresariais esperam que, com o desenvolvimento de novas atividades na costa, a distribuição dos royalties seja revista:

– A intenção que temos é uma distribuição melhor do que a de hoje. Não temos participação em função dessa geografia estabelecida pelo IBGE. Agora nós iremos trabalhar com o governo estadual para reverter esse cenário – diz Eclésio da Silva, presidente da Associação Empresarial de Itajaí.

“Nós ainda somos incipientes. Temos potencial para crescer”

ENTREVISTA | CARLOS TEIXEIRA,
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE ÓLEO E GÁS DA FIESC



Integrante da recém-criada Comissão de Óleo e Gás da Fiesc, Carlos Teixeira avalia o mercado de petróleo em Santa Catarina como embrionário. O grupo tem o objetivo de inserir o Estado nessa cadeia, que é muito promissora e já gera bons resultados a outros Estados. O trabalho é baseado em estudos que comprovam o potencial catarinense, principalmente pela infraestrutura dos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul. Confira a entrevista na íntegra:

Agência RBS – Quais são as características do setor de óleo e gás em Santa Catarina?

Carlos Teixeira – É um setor extremamente regulamentado e rígido. As empresas têm requisitos de qualidade, cadastramento, normas. Muitos termos de segurança e qualidade. Também é um setor bastante reservado. As companhias não abrem muita informação e dificilmente vazam dados sobre operação e prospecção de negócios. Essas empresas não anunciam nada antes que tudo esteja absolutamente acertado. Isso porque anúncios podem gerar muita especulação imobiliária e no mercado de ações. São projetos de maturação de longo prazo. Tem poços por aí que estão em estudo desde 2000 e só serão perfurados em 2015. Tem a fase de prospecção, de exploração, de perfuração de poços de avaliação e só depois que confirmam a viabilidade econômica é que fazem algum anúncio. Nós, da Fiesc (Federação das Indústrias de SC), só ficamos sabendo dos projetos quando convida-

mos empresários do ramo. A Karoon, por exemplo, já está em SC há muitos meses, com escritório em Florianópolis, e só ficamos sabendo disso quando os convidamos há alguns dias para fazerem uma apresentação.

Agência RBS – Quais os objetivos desse comitê da Fiesc?

Carlos – Nosso comitê tem objetivo de gerar negócios e introduzir Santa Catarina na cadeia de óleo e gás, que é muito promissora. O comitê também é novo, funciona desde abril de 2013, então nós também estamos nos estruturando. Aqui em SC não temos uma tradição no ramo. Hoje este setor está muito concentrado no Rio de Janeiro. Ali já operam muitas empresas. Santa Catarina também não se destaca entre os Estados da região Sul, uma vez que Paraná e Rio Grande do Sul já possuem refinarias de petróleo e nós não. A propósito, os gáucos são pioneiros no refinamento de petróleo no Brasil. Nós ainda somos incipientes. O objetivo é inserir o complexo industrial catarinense

e, as estruturas portuárias nessa cadeia.

Agência RBS – E quais as estratégias da comissão?

Carlos – A Fiesc e a CNI desenvolveram um estudo sobre as potencialidades de SC, como ela poderia se inserir nessa cadeia de óleo e gás. Concluiu-se que o Estado tem potencial para isso. Temos indústrias no ramo metalmeccânico, empresas que fornecem soluções tecnológicas e treinamento de pessoal a bordo, além da parte de informática, ferramentas e hotelaria. A cadeia se estende para vários setores, para vários ramos ao redor. Itajaí foi identificada como potencial polo naval, para atividades voltadas ao mar, pois os navios de apoio levam todos os insumos que a plataforma precisa. O forte do polo naval é apoio marítimo, construção de embarcação, de rebocadores. Outro polo possível é em São Francisco do Sul, onde já existe um terminal da Petrosbras e pode abrigar um terminal de regaseificação de gás natural, fonte de energia que o Estado precisa.

Indústria se mobiliza por inserção

A Federação das Indústrias de SC (Fiesc), atenta para futuros negócios do ramo no Estado. Ela criou em abril de 2013 o Comitê de Óleo e Gás com objetivo de inserir os portos e os complexos industriais catarinenses na cadeia produtiva nacional de petróleo e gás natural.

Um dos membros desse comitê, Carlos Teixeira explica que a atual divisão dos royalties no Brasil não impede que o Estado se desenvolva a partir da exploração do petróleo, uma vez que a economia local se aquece com novos empregos e com o crescimento de setores de suporte à

produção de petróleo.

O comitê foi formado quando a federação, em conjunto com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), finalizou um estudo sobre o setor em novembro de 2012. Concluiu-se ali que algumas das vocações catarinenses na cadeia de óleo e gás seriam intensificar o potencial de construção e reparo naval em Itajaí e Navegantes; instalar uma usina de regaseificação em São Francisco do Sul (estratégico para a indústria catarinense); e habilitar indústrias de metalmeccânica de Joinville e elétricas de Jaraguá do Sul para atender demandas do setor.

NOVO INSTITUTO

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com investimento da Petrobras, está finalizando as instalações do Instituto do Petróleo, Gás e Energia (Inpetro), no Sapiens Parque, Norte da Ilha de Florianópolis. O professor Armando Albertazzi, que está coordenando o projeto, explica que o laboratório reunirá grupos de pesquisa, atualmente separados, para oferecer soluções multidisciplinares para as indústrias de óleo e gás instaladas no Brasil. O começo das atividades, previsto para 2015, será tocado inicialmente por cinco grupos que atuaram na concepção do projeto:

Mecânica dos fluidos computacional: área que, através de simulação de computadores, estuda processos de extração de petróleo impregnado em rochas porosas. Realiza simulação de reservatórios para obter o melhor rendimento possível.

Controle e automação: foco em melhorar a eficiência dos processos de bombeio e o rendimento de escoamento vertical do petróleo.

Soldagem: estuda técnicas e procedimentos em soldagens aplicadas em tubulações, tanques e ferramentas usadas na indústria petrolífera.

Laser e processamento de imagens: desenvolve meios e técnicas que avaliem a integridade e o funcionamento de equipamentos, além de formas seguras de manutenção.

Corrosão: estudos de nanotecnologia para reduzir os efeitos da corrosão em instalações, uma vez que parte das plataformas encontra-se submersa e pelas tubulações passam grandes quantidades de água salgada.

“A cadeia se estende para vários setores, para vários ramos ao redor. Itajaí foi identificada como potencial polo naval em SC, para atividades voltadas ao mar, pois os navios de apoio levam todos os insumos que a plataforma precisa. O forte do polo naval é apoio marítimo e construção de embarcação.”

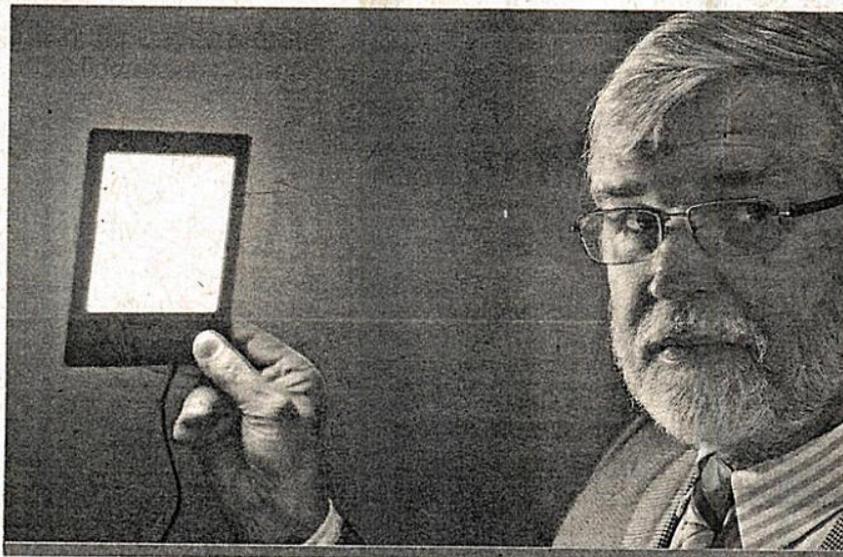
Carlos Teixeira
Comissão de Óleo e Gás
da Fiesc

Diário Catarinense
Estela Benetti
"Três décadas de inovação "

Inovação / Fundação Certi / Carlos Alberto Schneider / Incubadora Celta / Parques tecnológicos / Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial / Tecnologias / LABelectron / Secretaria Especial de Informática / UFSC

TRÊS DÉCADAS DE INOVAÇÃO

FUNDADA EM 1984 PARA IMPULSIONAR A TECNOLOGIA NUM MODELO PÚBLICO-PRIVADO, A FUNDAÇÃO CERTI FEZ 30 ANOS SEXTA-FEIRA. O PROFESSOR CARLOS SCHNEIDER, DOUTOR EM ENGENHARIA PELA UNIVERSIDADE DE AACHEN, ALEMANHA, IMPLEMENTOU O PROJETO E LIDEROU A ATUAÇÃO DA CERTI, COM CENTENAS DE TRABALHOS INOVADORES. ENTRE OS DESTAQUES ESTÃO A FUNDAÇÃO DA INCUBADORA CELTA E DOS PARQUES TECNOLÓGICOS ALFA E SAPIENS.



“É essencial para a Certi atuar em projetos na fronteira tecnológica, como hoje é o caso da iluminação com Oled (Diodos Emissores de Luz Orgânicos), que constituirá as luminárias do futuro.

CARLOS ALERTO SCHNEIDER
Superintendente da Fundação Certi

A Fundação Certi chega aos 30 anos. Que novos projetos marcam essa data?

Carlos Alberto Schneider – A Certi hoje inicia, em média, um novo projeto a cada semana. Alguns são executados em três meses, outros em três anos. Ao todo, são cerca de 80 projetos em desenvolvimento – alguns visando apoiar o cliente no novo produto, outros focados em melhoria de processos, e outros ainda de um sistema ou empreendimento inovador por completo. Mas a novidade do momento é o credenciamento da Certi à Embrapii – Empre-

sa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Um aspecto atrativo é que existe um fomento financeiro e, mais importante, já disponível, dispensando consultas ou qualquer procedimento que atrase o processo de inovação tecnológica. Esse é o grande diferencial da Embrapii.

Que outros projetos destaca?

Schneider – Além de desenvolver novos produtos com tecnologias já dominadas, é essencial para a Certi atuar em projetos na fronteira tecnológica, como hoje é o caso da iluminação com Oled (Diodos Emissores

de Luz Orgânicos), que constituirá as luminárias do futuro. Com eficiência energética cinco vezes superior a das lâmpadas incandescentes, com uma vida útil de 10 a 15 anos, as luminárias Oled prototipadas no LABelectron da Certi já estão no mercado especializado.

Como surgiu a Certi?

Schneider – Em 1984, no contexto da Lei de Informática, executivos de 16 empresas, colegas da UFSC, governo de SC, Fiesc e integrantes da Secretaria Especial de Informática, fundaram a Certi, que hoje tem

mais de 450 colaboradores e fornece soluções tecnológicas em serviços e projetos para clientes de todo Brasil.

Na sua avaliação, de que forma as empresas podem dar um salto em inovação?

Schneider – São três os desafios que uma empresa tem que solucionar para ser inovadora e, desta forma, ser competitiva no mundo. O mais complexo é formar uma equipe com capacidade de gestão da inovação tecnológica; o segundo, fazer parcerias para cooperação em C&T e o terceiro é o recurso financeiro.

LEIA ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA NO
WWW.DIARIO.
COM.BR/ESTELA

Diário Catarinense - Notícias

"O sonho do petróleo"

Petróleo / Santa Catarina / Royalties / Supremo Tribunal Federal – STF / Sonda / Karoon Óleo e Gás / Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC / Navegantes / Niterói / Itajaí / Infraestrutura / Município catarinense / Petrobrás / Barris / Plataforma / Baúna / Piracaba / São Paulo / IBGE / Eclésio da Silva / Associação Empresarial de Itajaí / Carlos Teixeira / Comissão de Óleo e Gás da Fiesc / São Francisco do Sul / Poços / Perfuração / Comitê / Brasil / Soluções tecnológicas / Federação das Indústrias de SC - Fiesc / Gás natural / Confederação Nacional das Indústrias – CNI / Joinville / Instituto do Petróleo, Gás e Energia – Inpetro / Sapiens Parque / Florianópolis / Armando Albertazzi / Mecânica dos fluidos computacional / Controle e automação / Corrosão / Soldagem / Laser



O SONHO DO PETRÓLEO

LUIS ANTONIO HANGAI
luis.hangai@diario.com.br

Indústria e UFSC apostam no crescimento do mercado de petróleo em Santa Catarina, que já conta com dois portos capacitados para embarcar na cadeia próspera nacional. Enquanto isso, o Estado ainda aguarda resultados positivos da audiência sobre os royalties, que deve ocorrer em janeiro no Supremo Tribunal Federal.

A chegada de uma sonda de exploração de petróleo em águas catarinenses – empreendimento da empresa australiana Karoon Óleo e Gás – reacendeu o debate sobre a distribuição dos royalties.

Enquanto as indústrias e até mesmo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) alimentam expectativas de investimentos em infraestrutura e pesquisa para inserir o Estado na cadeia produtiva petrolífera, os direitos pela exploração ainda estão longe dos catarinenses.

A plataforma da Karoon está situada a 260 quilômetros de Navegantes – a base terrestre mais próxima –, mas se encontra dentro das águas territoriais de São Paulo, Estado que deverá receber os royalties de uma eventual produção para valer. Ainda assim, caso confirmada a viabilidade comercial do poço, especula-se que a base de apoio da companhia australiana possa ser transferida de Niterói (RJ) para Itajaí.

Seria o segundo caso de uso de infraestrutura de um município catarinense com direcionamento de recompensas a outro Esta-

do. Isso porque no litoral catarinense já opera uma plataforma da Petrobras, com produção de 66 mil barris por dia, nos campos de Baúna e Piracaba (veja na página 12). Apesar de toda a atividade operacional da estatal estar concentrada no município de Itajaí, São Paulo já recebe quase todo o volume de royalties proveniente do petróleo ali produzido.

Com a nova divisão pleiteada na Justiça, os benefícios seriam dos catarinenses. A divisão dos limites entre Santa Catarina, Paraná e São Paulo foi feita pelo IBGE em 1988 e está sendo contestada

no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria-geral de Santa Catarina, para quem o tratado atual desrespeita a lei.

Lideranças empresariais esperam que, com o desenvolvimento de novas atividades na costa, a distribuição dos royalties seja revista:

– Não temos participação em função dessa geografia estabelecida pelo IBGE. Agora nós iremos trabalhar com o governo estadual para reverter esse cenário – antecipa Eclésio da Silva, presidente da Associação Empresarial de Itajaí.

“Temos potencial para crescer”



Integrante da recém-criada Comissão de Óleo e Gás da Fiesc, Carlos Teixeira avalia o mercado de petróleo em Santa Catarina como embrionário. O grupo tem o objetivo de inserir o Estado nessa cadeia, que é muito promissora e já gera bons resultados a outros Estados. O trabalho é baseado em estudos que comprovam o potencial catarinense, principalmente pela infraestrutura dos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul. Confira a entrevista na íntegra:

Diário Catarinense - Quais são as características do setor de óleo e gás em Santa Catarina?

Carlos Teixeira - Um setor extremamente regulamentado e rígido. As empresas têm requisitos de qualidade, cadastramento, normas. Muitos termos de segurança e qualidade. Também é um setor bastante reservado. As companhias não abrem muita informação e dificilmente vazam dados sobre operação e prospecção de negócios. Essas empresas não anunciam nada antes que tudo esteja absolutamente acertado. Isso porque anúncios podem gerar muita especulação imobiliária e no mercado de ações. São projetos de maturação de longo prazo. Tem poços por aí que estão em estudo desde 2000 e só serão perfurados em 2015. Tem a fase de prospecção, de exploração, de perfuração de poços de avaliação e só depois que confirmam a viabilidade econômica é que fazem algum anúncio. Nós, da Fiesc, só ficamos sabendo dos projetos quando convidamos empresários do ramo. A Karoon, por

exemplo, já está em SC há muitos meses, com escritório em Florianópolis, e só ficamos sabendo disso quando os convidados há alguns dias para fazerem uma apresentação.

DC - Quais são os objetivos desse comitê da Fiesc?

Carlos - Nosso comitê tem objetivo de gerar negócios e introduzir Santa Catarina na cadeia de óleo e gás, que é muito promissora. O comitê também é novo, funciona desde abril de 2013, então nós também estamos nos estruturando. Aqui em SC não temos uma tradição no ramo. Hoje este setor está muito concentrado no Rio de Janeiro. Ali já operam muitas empresas. SC também não se destaca entre os Estados da região Sul, uma vez que Paraná e Rio Grande do Sul já possuem refinarias de petróleo e nós não. A propósito, os gaúchos são pioneiros no refinamento de petróleo no Brasil. Nós ainda somos incipientes. O objetivo é inserir o complexo industrial catarinense e as estruturas portuárias nessa cadeia.

DC - E quais as estratégias da comissão?

Carlos - A Fiesc e a CNI desenvolveram um estudo sobre as potencialidades de SC, como ela poderia se inserir nessa cadeia de óleo e gás. Concluiu-se que o Estado tem potencial para isso. Temos indústrias no ramo metalmeccânico, empresas que fornecem soluções tecnológicas e treinamento de pessoal a bordo, além da parte de informática, ferramentas e hotelaria. A cadeia se estende para vários setores, para vários ramos ao redor. Itajaí foi identificada como potencial polo naval em SC, para atividades voltadas ao mar, pois os navios de apoio levam todos os insumos que a plataforma precisa. O forte do polo naval é apoio marítimo, construção de embarcação, de rebocadores. Outro polo possível é em São Francisco do Sul, onde já existe um terminal da Petrobras e pode abrigar um terminal de regaseificação de gás natural, fonte de energia que o Estado precisa. Nossas potencialidades ficam nessas duas cidades.

“

A cadeia se estende para vários setores, para vários ramos ao redor. Itajaí foi identificada como potencial polo naval em SC, para atividades voltadas ao mar, pois os navios de apoio levam todos os insumos que a plataforma precisa. O forte do polo naval é apoio marítimo e construção de embarcação.

CARLOS TEIXEIRA

Comissão de Óleo e Gás da Fiesc

Indústria se mobiliza por inserção

A Federação das Indústrias de SC (Fiesc), atenta para futuros negócios do ramo no Estado, criou em abril de 2013 o Comitê de Óleo e Gás com objetivo de inserir os portos e os complexos industriais catarinenses na cadeia produtiva nacional de petróleo e gás natural.

Membro desse comitê, Carlos Teixeira explica que a atual divisão dos royalties não impede que o Estado se desenvolva a partir da exploração do petróleo, uma vez que a economia se aquece com novos empregos e crescimento de setores de suporte à produção de petróleo. O comitê foi forma-

do quando a federação, em conjunto com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), finalizou um estudo sobre o setor em novembro de 2012.

Concluiu-se ali que algumas das vocações catarinenses na cadeia de óleo e gás seriam intensificar o potencial de construção e reparo naval em Itajaí e Navegantes; instalar uma usina de regaseificação em São Francisco do Sul (estratégico para a indústria catarinense); e habilitar indústrias de metalmeccânica de Joinville e elétricas de Jaraguá do Sul para atender demandas do setor.

INPETRO EM FLORIANÓPOLIS

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com investimento da Petrobras, está finalizando as instalações do Instituto do Petróleo, Gás e Energia (INPetro), no Sapiens Parque, Norte da Ilha de Florianópolis. O professor Armando Albertazzi, que está coordenando o projeto, explica que o laboratório reunirá grupos de pesquisa, atualmente separados, para oferecer soluções multidisciplinares para as indústrias de óleo e gás instaladas no Brasil. O começo das atividades, previsto para 2015, será tocado inicialmente por cinco grupos que atuaram na concepção do projeto:

- **Mecânica dos fluidos computacional:** área que, através de simulação de computadores, estuda processos de extração de petróleo impregnado em rochas porosas. Realiza simulação de reservatórios para obter o melhor rendimento possível.
- **Controle e automação:** foco em melhorar a eficiência dos processos de bombeio e o rendimento de escoamento vertical do petróleo.
- **Soldagem:** estuda técnicas e procedimentos em soldagens aplicadas em tubulações, tanques e ferramentas usadas na indústria petrolífera.
- **Laser e processamento de imagens:** desenvolve meios e técnicas que avaliem a integridade e o funcionamento de equipamentos, além de formas seguras de manutenção.
- **Corrosão:** estudos de nanotecnologia para reduzir os efeitos da corrosão em instalações, uma vez que parte das plataformas encontra-se submersa e pelas tubulações passam grandes quantidades de água salgada.

SEGUIE NA PÁGINA 10



Plataforma
foi rebocada
por navios de
Niterói (RJ)
até o litoral
catarinense
para iniciar a
exploração



QUIRICO CAVALHO/REUTERS/AGF

SC briga por royalties na Justiça há duas décadas

Há mais de duas décadas Santa Catarina briga na Justiça para que o traçado que estabelece os limites marítimos com o Paraná seja revisito. Em 1988, quando foi anunciada a descoberta de uma grande bacia de petróleo a 175 quilômetros da costa catarinense, o então governador Pedro Ivo convocou as forças estaduais para contestar a demarcação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em outubro 1991 o Estado entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o IBGE e hoje clama também pela devolução dos royalties que já foram repassados ao Paraná. O processo se arrasta e em junho de 1998 um laudo pericial concluiu a favor de Santa Catarina, apontando que o IBGE não utilizou os métodos corretos para

estabelecer os limites marítimos interestaduais. Mas até hoje nada mudou.

EXPECTATIVA PARA 2015

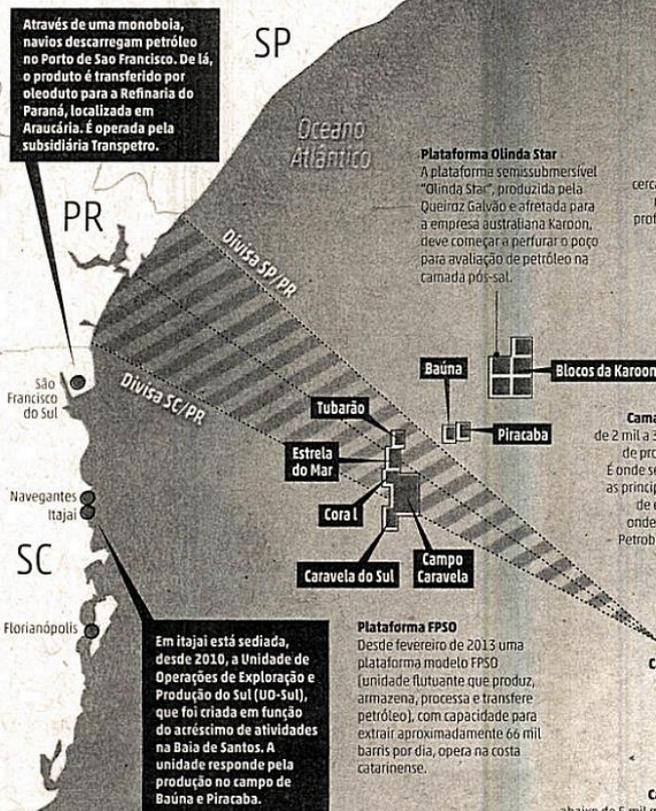
Em setembro, o governador em exercício, desembargador Nelson Schaefer retomou com ênfase a cobrança pelo processo. A promessa do relator, o ministro do Luis Roberto Barroso, é de que vai colocar em votação no início de 2015. O procurador do Estado, Gian-Marco Mercolini, é um dos que questionam a forma como o IBGE traçou as linhas que dão esse direito ao Paraná. Há, também, um parecer do Ministério Público Federal favorável ao Estado nesse sentido. Agora é

esperar a apuração dos técnicos do STF e a votação. Se favorável, Mercolini acredita que o Estado poderá passar a receber mais royalties e terá a restituição de pelo menos R\$ 200 milhões a R\$ 300 milhões que já foram pagos ao Paraná.

Na atual demarcação, o campo de Baúna e Piracaba – onde a Petrobras produz petróleo tendo como base de apoio a cidade de Itajaí – pertence ao território paranaense. Os campos de Tubarão, Estrela do Mar, Coral e Caravela (que estão sendo desenvolvidos pela estatal) também se encontram fora do limite catarinense. Com a alteração, todas essas áreas ficariam situadas em SC.

MAPA DA EXPLORAÇÃO

Através de uma monoboia, navios descarregam petróleo no Porto de São Francisco. De lá, o produto é transferido por oleoduto para a Refinaria do Paraná, localizada em Araucária. É operada pela subsidiária Transpetro.



Plataforma Olinda Star
A plataforma semissubmersível "Olinda Star", produzida pela Queiroz Galvão e afretada para a empresa australiana Karoon, deve começar a perfurar o poço para avaliação de petróleo na camada pós-sal.

Plataforma FPSO
Desde fevereiro de 2013 uma plataforma modelo FPSO (unidade flutuante que produz, armazena, processa e transfere petróleo), com capacidade para extrair aproximadamente 66 mil barris por dia, opera na costa catarinense.

Em Itajaí está sediada, desde 2010, a Unidade de Operações de Exploração e Produção do Sul (UO-Sul), que foi criada em função do atréssimo de atividades na Baía de Santos. A unidade responde pela produção no campo de Baúna e Piracaba.

Como funciona

Transporte
O petróleo é recolhido das plataformas pelos navios petroleiros e encaminhados para terminais.

Oceano
cerca de 2 mil metros de profundidade

Camada pós-sal
de 2 mil a 3 mil metros de profundidade. É onde se encontram as principais reservas de exploração e onde trabalham a Petrobras e Karoon.

Camada de sal
de 3 a 5 mil metros de profundidade

Camada pré-sal
abaixo de 5 mil metros, onde se encontram reservas de óleo leve, de alta qualidade para a produção de petróleo fino.

Plataformas

Estruturas na superfície servem para armazenar petróleo. Algumas, como o modelo FPSO (Floating, Production, Storage e Offloading) já iniciam o processo de separação de óleo, água e gás. É o caso da Cidade de Itajaí.

Risers

Tubos que ligam os poços de petróleo no fundo do mar às plataformas. Fazem o escoamento vertical do produto.

Árvore-de-natal

A elevação do petróleo até a superfície, onde está instalada a árvore-de-natal (conjunto de válvulas de controle e de segurança do poço), dá-se através da coluna de produção, previamente instalada no poço.

O petróleo é retirado do interior de rochas porosas na camada pós-sal juntamente com água, gases e outros minerais, que são posteriormente separados do produto.

As exploradoras

Petrobras

Trata-se de uma embarcação que pertence ao consórcio OOG-1K (Ddebrecht e Teekay) e está afretada para a Petrobras. O navio foi batizado com o nome Cidade de Itajaí, sendo uma plataforma preparada para extrair e separar o óleo da água, gases e outros minerais.

Karoon

A plataforma, rebocada por navios, foi transportada do Rio de Janeiro para SC. Pelo fácil deslocamento, a estrutura é geralmente usada para perfurações exploratórias. A base naval e de apoio continuará sendo Niterói, mas se confirmada a presença de petróleo e sua viabilidade comercial, será transferida.

Como SC quer



A divisão

Os royalties são uma compensação financeira que as empresas produtoras revertem aos Estados e municípios. Pela lei, corresponde a 5% sobre o valor do óleo bruto onde se fixar a lava do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque.



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 02/11/2014

[Futuro da pós-graduação brasileira estará em debate na Unesc](#)

Notícias dia 03/11/2014

[Festa na localidade de Potreiro dos França](#)

[Alunos do Senai/SC e UFSC ganham prêmios de animação](#)

[Alunos do SENAI/SC e da UFSC conquistam prêmios de animação](#)